



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS MARINHOS E COSTEIROS

Informação Técnica nº 2/2022-CGMAC/DILIC

Número do Processo: 48610.213040/2019-86

Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Esta Informação Técnica trata das contribuições do licenciamento ambiental federal, de responsabilidade do IBAMA, para a análise ambiental prévia dos blocos propostos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para serem ofertados na 18ª Rodada de Licitações.

1.2. A Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017, estabeleceu em seu Art. 6º, §2º, que para as áreas que ainda não tenham sido concluídos estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente, complementadas, no que se refere a bacias sedimentares terrestres, por pareceres emanados pelos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente, com competência para o licenciamento ambiental na área em questão. Por meio da Portaria MMA Nº 275 de 5 de abril de 2019, foi delegada à Presidência do IBAMA a competência para a manifestação do Ministério do Meio Ambiente.

1.3. Ressalta-se, nesse sentido, que a presente manifestação se restringe à contribuição de responsabilidade da CGMAC/DILIC, a ser avaliada pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA, para subsídio à Presidência do IBAMA nas discussões e deliberações necessárias para elaboração da manifestação conjunta do MMA e MME sobre as áreas a serem ofertadas.

1.4. As informações sobre os blocos a serem ofertados foram encaminhadas pela ANP por meio do OFÍCIO Nº 14/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ-e de 17.02.2022 (SEI 11978454), incluindo mapa e os arquivos vetoriais em formato "shp" (SEI 11978480).

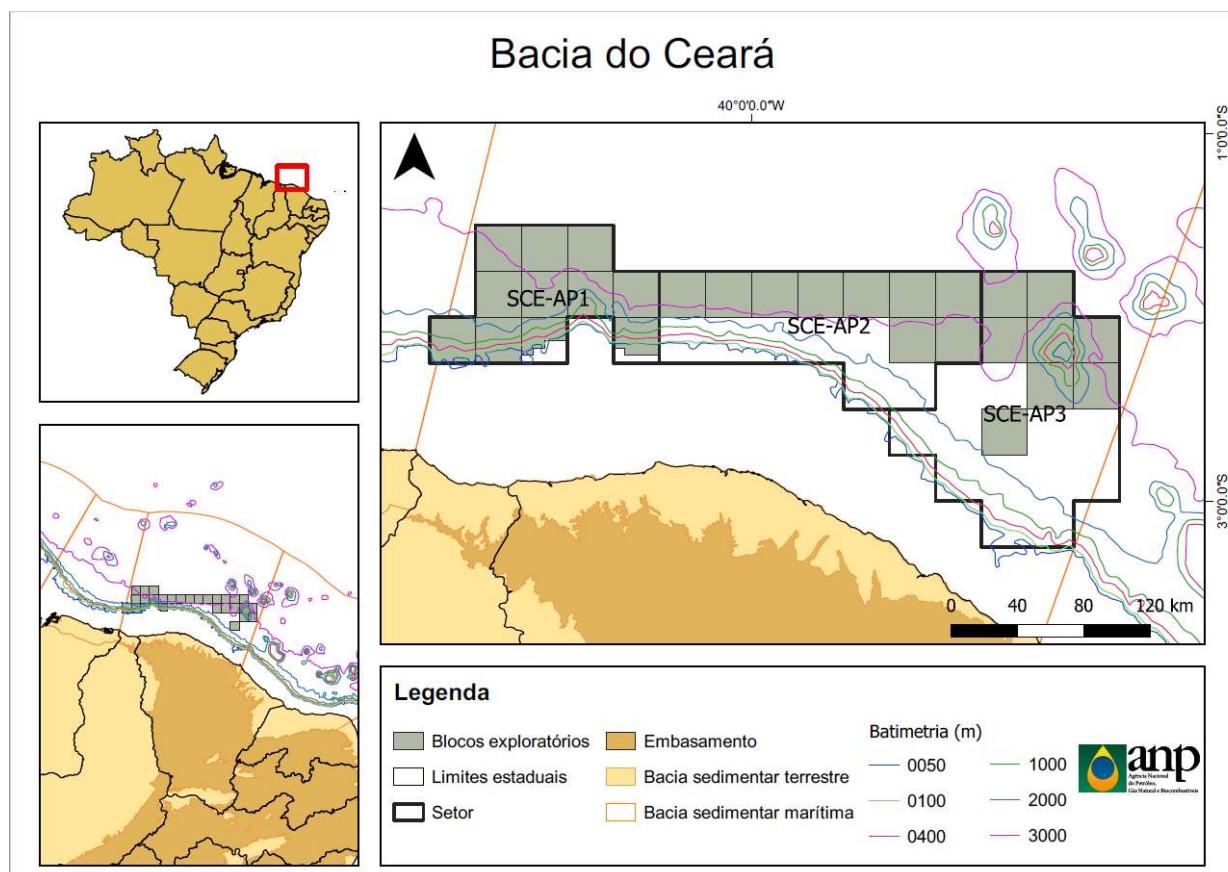
1.5. O Despacho nº 11985462/2022-DILIC, de 18.2.2022, solicitou à CGMAC a análise requerida no ofício.

2. ANÁLISE DAS ÁREAS PROPOSTAS PARA OFERTA PERMANENTE DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS.

2.1. Os blocos exploratórios indicados no OFÍCIO Nº 14/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ-e para 18ª rodada, no total de 28 blocos, estão localizados na **bacia do Ceará**:

Setor	Total de Blocos	Blocos
SCE-AP1	11	CE-M-397, CE-M-399, CE-M-401, CE-M-457, CE-M-459, CE-M-461, CE-M-463, CE-M-517, CE-M-519, CE-M-521, CE-M-525
SCE-AP2	9	CE-M-465, CE-M-467, CE-M-469, CE-M-471, CE-M-473, CE-M-475, CE-M-477, CE-M-537, CE-M-539
SCE-AP3	8	CE-M-479, CE-M-481, CE-M-541, CE-M-543, CE-M-545, CE-M-607, CE-M-609, CE-M-665

2.2. Os blocos se encontram em lâmina d'água variando de aproximadamente 20 m a mais de 3.200 m e distância da costa superior a 50 km, conforme mapa abaixo, encaminhado pela ANP.



2.3. Dos blocos apresentados, apenas os **CE-M-537, CE-M-539, CE-M-607, CE-M-609 e CE-M-665** já passaram por avaliação pré-oferta, através do PARECER TÉCNICO GTPEG nº 01/09.

2.4. A maior parte dos blocos dos setores SCE-AP1, SCE-AP2 e SCE-AP3 encontra-se em águas profundas afastadas da costa, sem ativos ambientais que imponham restrições à oferta dos blocos.

2.5. Contudo, conforme já informado no parecer técnico de 2009, parte do bloco CE-M-607 está sobreposta a um monte submarino e, portanto, não poderá ser objeto de perfurações em profundidades inferiores a 500 metros, conforme estabelecido pelo GTPEG há várias rodadas de licitações. A mesma limitação também é observada para o bloco CE-M-543.

2.6. Registra-se, ainda, que parte dos blocos CE-M-517, CE-M-519, CE-M-521 e CE-M-525 encontram-se em regiões com lâmina d'água inferior a 50 m e deverão ser ajustados.

2.7. Observa-se, ainda, que considerando a [2ª Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade](#), realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, os blocos CE-M-463, CE-M-465, CE-M-467, CE-M-469, CE-M-471, CE-M-479, CE-M-481, CE-M-541, CE-M-543, CE-M-545, CE-M-607, CE-M-609 e CE-M-665 encontram-se em áreas de Importância e Prioridade Altas.

3. CONTRIBUIÇÕES DO LICENCIAMENTO FEDERAL

3.1. A bacia sedimentar do Ceará possui inúmeros campos já em fase de produção (campos maduros), situados em águas rasas.

3.2. A última avaliação ambiental para oferta de áreas exploratórias na bacia ocorreu previamente à 11ª rodada, realizada em 2013.

3.3. As principais questões na fase exploratória para se avaliar a viabilidade ambiental deverão estar associadas aos impactos com a pesca, bem como deve ser sempre considerado que cenários com alta probabilidade de toque poderão implicar em negativa de licença, especialmente em ambientes sensíveis.

3.4. Os Planos de Emergência Individuais dos empreendimentos a serem licenciados devem contemplar análises de vulnerabilidade com especial atenção às Unidades de Conservação e às espécies ameaçadas presentes na área. Poderão ser exigidos recursos adicionais aos recursos mínimos previstos na Resolução CONAMA nº 398/08.

3.5. Em processos de licenciamento ambiental para operação de blocos exploratórios na bacia do Ceará já analisados pelo IBAMA, a exemplo dos Blocos CE-M-665 (objeto da proposta de oferta em análise) e CE-M-717, a aprovação do Plano de Emergência Individual esteve condicionada à sua Avaliação Pré-Operacional, a fim de se avaliar a exequibilidade das medidas de resposta a emergências propostas previamente à sua operação, considerando a sensibilidade ambiental da região e as dificuldades logísticas e operacionais encontradas para a gestão de incidentes ambientais.

3.6. A região também inspira esforços adicionais de diagnóstico e monitoramento ambiental, visando suprir lacunas de conhecimento do licenciamento ambiental. Neste sentido, em 2015, foi elaborado um diagnóstico ambiental unificado por empresas concessionárias de blocos exploratórios na bacia do Ceará, cujas informações podem servir de referência para futuros processos de licenciamento, ainda que careçam de constante atualização. Além das medidas usualmente exigidas de empreendimentos exploratórios, medidas específicas voltadas ao monitoramento de praias e à caracterização dos meios físico e biótico também já foram adotadas na bacia do Ceará. Dentre as preocupações surgidas na análise técnica desses empreendimentos, está o fato de se localizarem relativamente próximos a áreas de alimentação de peixes-boi.

3.7. Do ponto de vista socioeconômico, consultas públicas e medidas específicas de comunicação voltadas a situações de emergências devem ser consideradas. Ressalte-se que a costa do Ceará tem sofrido episódios de toque de óleo, com repercussões sensíveis para as comunidades locais, sendo este um ponto de atenção do IBAMA na condução de processos de licenciamento na região.

4. CONCLUSÃO SOBRE OS BLOCOS APRESENTADOS

4.1. Diante do exposto e mantendo a coerência com as premissas e recomendações das análises anteriores:

- Os blocos CE-M-517, CE-M-519, CE-M-521 e CE-M-525 deverão ter seus limites ajustados, de forma a excluir regiões com lâmina d'água inferior a 50m;
- Os blocos CE-M-607 e CE-M-543 não deverão ser objeto de perfurações em profundidades inferiores a 500 metros;
- Para os blocos CE-M-397, CE-M-399, CE-M-401, CE-M-457, CE-M-459, CE-M-461, CE-M-463, CE-M-465, CE-M-467, CE-M-469, CE-M-471, CE-M-473, CE-M-475, CE-M-477, CE-M-537, CE-M-539, CE-M-479, CE-M-481, CE-M-541, CE-M-545, CE-M-609 e CE-M-665 não há objeção a oferta, considerando as recomendações registradas na presente informação técnica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Em atenção ao Despacho nº 11985462/2022-DILIC e ao OFÍCIO Nº 14/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ-e, elaborou-se a presente informação técnica como subsídio a um posicionamento do IBAMA quanto aos blocos a serem ofertados na 18ª Rodada de Licitações.

5.2. Ressalta-se, nesse sentido, que a análise ambiental prévia às rodadas de licitações da ANP é feita regularmente desde 2004 (6ª rodada), por força da Resolução CNPE nº 08/2003. Inicialmente esta análise era realizada pelo IBAMA, por meio de um grupo de trabalho (GT) informal com representantes de diferentes diretorias do Instituto, depois formalizado pelas Portarias IBAMA nº 2.040/05 (7ª rodada) e 2.110/06 (8ª rodada). Com a criação do ICMBio em 2007, o GT foi reestruturado como GTPEG e sua composição passou a incluir representantes do MMA, do IBAMA e do ICMBio, de acordo com a Portaria MMA nº 119/08.

5.3. Desta forma, entende-se como fundamental a participação tanto dos demais órgãos ambientais federais (ICMBio), como do próprio Ministério do Meio Ambiente, uma vez que se trata de definições de questões de políticas públicas, relacionada ao direcionamento de matriz energética e utilização de recursos não renováveis por parte do Estado Brasileiro.

5.4. No que se refere à contribuição desta CGMAC/DILIC, a presente análise se baseou em posicionamentos anteriores do GTPEG – ou, antes dele, pelos grupos de trabalho internos ao IBAMA – e na experiência pretérita desta coordenação geral na condução de processos de licenciamento ambiental de exploração e produção de petróleo; não se tratando, portanto, de uma análise aprofundada das consequências ambientais da oferta dos blocos propostos, mas, tão somente, da avaliação das informações disponíveis.

5.5. Com relação aos blocos para os quais não são indicadas objeções à oferta, devem ser observadas as recomendações e restrições elencadas ao longo da informação.

5.6. Por fim, ressalta-se que os posicionamentos aqui exarados quanto à não objeção da oferta de blocos não implicam em pré-aprovação ou declaração da viabilidade ambiental das atividades a serem propostas, tendo em vista que outros quesitos precisam ser levados em conta para a concessão da licença. Entre estes, a atividade

em si, os impactos e riscos ambientais, bem como os programas e projetos de mitigação propostos, sua adequação e efetividade

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **IVAN WERNECK SANCHEZ BASSERES, Coordenador**, em 17/03/2022, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA MAGGI, Coordenador Substituto**, em 17/03/2022, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ITAGYBA ALVARENGA NETO, Coordenador-Geral**, em 17/03/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **12167262** e o código CRC **13377F8D**.